



Desastres & agricultura familiar: análise no Assentamento Pastorinhas em Brumadinho/MG

Rodrigo Oliveira Damasceno¹
Frederico Dornellas Martins Quintão¹
Armindo dos Santos de Sousa Teodósio¹

Resumo: O artigo em questão analisa os impactos do rompimento da barragem em Brumadinho, Minas Gerais, não só na destruição física, mas também na estrutura socioeconômica da cidade e da sua zona rural. O foco está na vida e trabalho dos agricultores do Assentamento Pastorinhas, buscando entender como a produção e qualidade dos produtos foram afetadas e quais as expectativas dos assentados para o próprio futuro. Cinco agricultores foram entrevistados para descrever as dificuldades enfrentadas no pós-rompimento e as estratégias de manutenção da família adotadas. Conclui-se que os impactos vão além da destruição causada pela onda de lama de rejeitos e das vidas humanas perdidas, gerando outros problemas para a sociedade, economia e meio ambiente.

Palavras-chave: Crime corporativo; Desastres; Mineração; Assentamento rural; Agricultura familiar.

Disasters & family farming: analysis in the Pastorinhas Settlement in Brumadinho/MG.

Abstract: The article in question analyzes the impacts of the dam collapse in Brumadinho, Minas Gerais, not only on the physical destruction, but also on the socioeconomic structure of the city and its rural area. The focus is on the life and work of farmers from the Pastorinhas settlement, seeking to understand how the production and quality of products were affected and what the settlers' expectations are for their own future. Five farmers were interviewed to describe the difficulties faced post-disruption and the subsistence strategies adopted. It is concluded that the impacts go beyond the destruction caused by the wave of tailings mud and the lost human lives, generating problems for society, the economy and the environment.

Keywords: Corporate crime; Disasters; Mining; Settlement; Family farming.

¹Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais- PUC/MG, Brasil. Autor correspondente: armindo.teodosio@gmail.com

Introdução

O rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, em 25 de janeiro de 2019, causando a morte de 272 pessoas, não só teve um grande impacto para as famílias das vítimas e nas cidades da bacia do rio Paraopeba, mas também no meio ambiente, na sociedade e na economia da região metropolitana de Belo Horizonte e de todo o estado de Minas Gerais. Os impactos destes tipos de desastres pode ser inicialmente dividido em dois grupos diferentes. O grupo que sofre perdas e danos irreparáveis imediatamente, durante e logo após a destruição, e o grupo que é afetado logo após as mudanças provocadas pela tragédia. As medidas de reparação dos danos pode causar estragos maiores do que o próprio desastre. De uma perspectiva de longo prazo, devido às mudanças sociais e econômicas nas cidades afetadas, os efeitos negativos são mais evidentes. As mudanças socioeconômicas ocasionadas pelas medidas de reparação propostas geralmente são mais danosas que o desastre em si.

Como os efeitos danosos do desastre percebidos a médio e longo prazo superam os efeitos sentidos imediatamente após a ocorrência, neste estudo buscou-se discutir o impacto na agricultura do município afetado na perspectiva dos assentados do Projeto Assentamento Pastorinhas. Buscou-se conhecer as reais condições dos assentados antes e depois do desastre e os impactos diretos e indiretos sentidos pelas famílias que vivem no Assentamento; e como entender os efeitos das medidas corretivas propostas pelo governo e pela empresa causadora da tragédia-crime.

Nos tópicos a seguir apresenta-se um marco teórico que tem por objetivo demonstrar alguns temas que são relevantes para caracterização sistêmica do acontecimento, discutir sobre conflitos ambientais e os agravantes gerados por estes conflitos, a partir de temas como: Racismo Ambiental e Minerio Dependência. Aborda-se os objetos de estudo (lugares e pessoas), os assentamentos agrícolas e o desenvolvimento de suas atividades frente ao desenvolvimento socioeconômico regional e global, bem como, busca-se esclarecer de que forma estes temas estão conectados, a fim de construir uma narrativa epistemológica dos estudos que serviram de alicerce para realização desta pesquisa. Em seguida é realizado um esclarecimento metodológico das funções operacionais da pesquisa (estudo bibliográfico e a realização de entrevistas), portanto, correlacionando o marco teórico com o percurso metodológico. Apresenta-se também, a análise e discussão dos resultados, nos tópicos finais do artigo.

Justiça Ambiental

Justiça ambiental refere-se a um conjunto de princípios que garantem que nenhum grupo étnico, racial ou de classe social venha sofrer uma parcela desproporcional do impacto ambiental negativo de atividades econômicas,

políticas e programas estaduais e locais, em decorrência da ausência ou omissão das referidas diretrizes. Complementarmente, “injustiça ambiental” é entendida como um mecanismo pelo qual uma sociedade desigual aloca o maior ônus dos danos ambientais causados pelo desenvolvimento a grupos sociais como trabalhadores, grupos de baixa renda, grupos raciais discriminados, grupos marginalizados e mais vulneráveis (HERCULANO; PACHECO, 2008).

Os sujeitos sociais que procuram enfatizar a importância da relação lógica entre injustiça social e degradação ambiental são aqueles que não acreditam que o mercado seja uma ferramenta para superar as desigualdades ambientais e promover o que se entende como um princípio de justiça ambiental. Esses atores acreditam que existe uma evidente desigualdade social na exposição aos riscos ambientais, que é causada por uma lógica que vai além da simples racionalidade abstrata da tecnologia. Para eles, enfrentar a deterioração do meio ambiente é o momento de obter os benefícios da democratização, não apenas os benefícios da eficiência e da expansão do mercado. Isso porque eles assumem que há uma conexão lógica entre o exercício da democracia e a capacidade da sociedade de resistir às injustiças ambientais. Ao contrário, portanto, seja sob a ótica da modernização ecológica, seja sob o conceito da teoria da sociedade de risco, não há dúvida de como separar as questões ambientais de seus métodos de distribuição (ACSELRAD, 2002).

O mapa de conflitos ambientais de Minas Gerais revela diversas situações em que grupos sociais atingidos por diferentes projetos econômicos lutam contra o estado de privação e/ou risco que enfrentam e se mobilizam para confrontar seus problemas. Pode-se dizer que os conflitos ambientais se originam das diferentes práticas de ocupação técnica, social e cultural do mundo material, e a base cognitiva do discurso e das ações dos sujeitos participantes se configura de acordo com suas visões sobre o uso do espaço. Quando esses conceitos espaciais são transferidos para o espaço de vida, surgem conflitos (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010).

Desta forma, quando os significados atribuído à natureza por certos grupos de status social desiguais é disputado, os efeitos tendem a impedir a coexistência de diferentes práticas no espaço social, e encorajam membros dos grupos sociais afetados a se organizar e se opor. Portanto, a contradição revelada por esses conflitos ambientais é que as vítimas não só são excluídas do chamado desenvolvimento, mas também arcam com todos os encargos decorrentes do conflito. Em outras palavras, eles mostram a injustiça ambiental, que é uma condição de existência coletiva exclusiva de uma sociedade desigual.

No funcionamento desse mecanismo social e político, o maior ônus dos danos ambientais causados pelo desenvolvimento é alocado aos trabalhadores, a classe de baixa renda, o grupo racial discriminado, a parte marginalizada e

mais vulnerável da cidadania. Portanto, a análise dos conflitos ambientais nos permite reconhecer os múltiplos projetos de sociedade que têm desencadeado diferentes aspectos de produção material e simbólica que entram em conflito com a assimetria de poder impressa na dinâmica sociopolítica, o que ajuda a construir alternativas para os princípios de sustentabilidade e justiça ambiental. (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010). Assim torna-se notável que as predileções políticas têm grande influência na atuação do Estado como mediador que por perseguir interesses, na maioria das vezes, econômicos, tende a polarizar os diferentes grupos no ambiente, fomentando o conflito e enfraquecendo, por consequência, os grupos mais frágeis.

Ainda segundo Ascelrad (2002), o poder simbólico do movimento de justiça ambiental decorre de sua capacidade de expandir a matriz dos direitos civis para incluir o meio ambiente e estabelecer o conceito de “justiça ambiental”, como alternativa à atual oposição discursiva entre o homem e a natureza, também criar políticas para unir os diversos conflitos localizados e desenvolver uma “classificação” dos grupos sociais de forma adequada, que seja compatível com as diferentes posições reconhecíveis dos indivíduos no espaço social.

Minero-Dependência

A extração de minerais, petróleo ou monocultura intensiva praticado pelo agronegócio na América Latina pode dar origem ao fenômeno da Minero-Dependência. Sendo o extrativismo uma das principais fontes econômicas do país. As consequências desta atividade pode produzir um série de eventos de natureza conflituosa com o ambiente sede e a sociedade que se desenvolve neste local. Os passivos socioambiental produzidos inviabilizam alternativas de bem-estar e trabalho (QUINTÃO; SILVA, 2021).

A teoria da dependência parte do pressuposto de que os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, ao contrário da perspectiva tradicional, não podem ser entendidos de forma isolada e linear (COSTA, 2020). Para isto, a teoria implica diferentes abordagens em torno da análise realizada para entender o espaço de estudo. Costa (2020) diz que, primeiramente, a teoria envolve necessariamente avaliações interterritoriais, devendo o pesquisador considerar as relações que se estabelecem entre diferentes escalas e espaços e que configuram uma estrutura hierárquica do tipo centro-periferia.

Em segundo lugar, a perspectiva da teoria da dependência tem um olhar diferente para questões relacionadas a comportamentos, modos de vida e costumes que são considerados arcaicos / tradicionais. Por outro lado, a análise de dependência implica observar tanto as potencialidades que podem surgir dessas tradições, quanto as medidas que lhes são impostas e que atuam de dentro para fortalecer as relações hierárquicas e as estruturas desiguais existentes nos territórios onde são manifestados (COSTA, 2020).

O terceiro e último ponto é que a teoria da dependência dá espaço para considerar questões além do senso comum, que já ultrapassaram o senso relacionado ao desenvolvimento equivalente ao crescimento econômico em termos de proposições. Nesses aspectos, a teoria nos permite especular sobre novas formas de produção e ciclos econômicos, com foco na avaliação do bem-estar em termos de origens internas e expansão. Em outras palavras, não existe apenas um modelo de desenvolvimento, todas as localidades têm um “ponto de chegada” obrigatório.

Ao contrário, são muitas as possibilidades, ocultas ou não na minero-dependência. Ainda no terceiro e último aspecto da teoria da dependência e aproximação da área de mineração, Costa (2020) discute que o método de relacionamento estabelecido ao longo da análise também pode subsidiar a realização de novos arranjos locais e regionais, que se baseiam nos princípios de reciprocidade, horizontalidade e redistribuição, podendo reverter o ambiente de desigualdade. No presente e no futuro, como as atividades de mineração facilitam ou prejudicam essas interfaces e quais ferramentas podem ser usadas para construir essas novas relações, são exemplos de questões que precisam ser consideradas e respondidas de uma perspectiva teórica.

A dependência também é sociológica. Os empregos formais locais estão concentrados no setor de mineração, e os salários são superiores à média regional por se tratarem geralmente de áreas de baixa renda, o que faz com que as pessoas desejem trabalhar neste setor, mesmo que esses cargos sejam ocupados por mão de obra local, setores de construção e manutenção têm piores condições de trabalho, salários mais baixos e menos qualificações. Esses dois fatores são a base da relação sociológica que produz dependência. O desejo de seguir carreira na atividade e o temor de que a interrupção da atividade prejudique a receita municipal tem levado os moradores locais a aceitarem os diversos impactos da mineração a partir do conflito e do consentimento incompleto (COELHO *et al.*, 2016). Ocorre, assim, uma fragilização de possíveis questionamentos e resistências. O desejo de empregos na mineração e o receio da demissão ou fechamento dos postos de trabalho existentes desmobilizam comunidades que vivem diretamente os danos gerados.

É na fragilização do possível questionamento feito pelas comunidades em que encontramos uma relação entre barragens de rejeitos e minério-dependência (COELHO, 2018). Outro fator importante em relação à dependência do minério é que a especialização da mineração ocorre às custas do desenvolvimento de outras atividades econômicas.

Assentamentos rurais

Para Girardi e Fernandes (2008), o Brasil é um país onde a desigualdade social e regional é causada pela concentração de riquezas. As questões fundiárias relacionadas com a vida e as produções rurais constituem uma série

de problemas estruturais que dificultam o desenvolvimento do país, mantêm as suas características contraditórias e beneficiam o pequeno número de classes privilegiadas que possuem os meios de produção.

As lutas pela terra por meio da ocupação e consequentes assentamentos rurais são uma forma de reparação para os agricultores e também podem ser travadas por meio de arrendamento, compartilhamento, parceria ou compra de terras. A ocupação constitui um momento de disputa pela terra. Em resposta às ações do movimento social territorial, o governo criou assentamentos rurais, que em princípio constituíam a conquista da terra. Os assentamentos representam uma nova etapa de luta: o processo de conquista da terra. É preciso também conquistar as condições de vida e de produção da terra, resistir na terra e buscar outro método de desenvolvimento que possa estabilizar o estabelecimento da agricultura camponesa. Tomamos como exemplo o período de 1988 a 2006, quando essa forma de agricultura se tornou mais intensa. Nos sucessivos governos desse período, as ações de reforma agrária do Brasil basearam-se principalmente na política de criação de assentamentos rurais e concessão de crédito aos agricultores (GIRARDI; FERNANDES, 2008).

Metodologia

Para compreender a relação entre os fatores de impacto pós-rompimento da barragem, o território de análise e a dinâmica de desenvolvimento do grupo analisado, foi realizada uma pesquisa de caráter qualitativo com o objetivo identificar em cada depoimento a particularidade de seus atores sociais, econômicos, organizacionais ou associados. Buscou-se apreender o desenvolvimento com base nos estilos de vida e progresso socioeconômico estabelecidos no grupo, assim como os efeitos dinâmicos de uma economia territorial minerária que amplifica desafios agrários no âmbito do assentamento. Além disso, também foi importante identificar quais são formas de expressão esses grupos encontram para preservar sua própria história. Tendo em vista os aspectos metodológicos e epistemológicos da intenção da pesquisa e compreendendo o cenário a ser estudado, suas dificuldades e cultura estabelecida, fez-se necessário realizar entrevistas semiestruturadas em profundidade para assegurar o esclarecimento das questões propostas pela pesquisa e desdobramentos que surgem pela livre manifestação dos participantes. Foram 5 (cinco) entrevistados, sendo todos assentados da reforma agrária e residentes do Assentamento Pastorinhas.

As entrevistas foram feitas de forma individual, preservando a identidade de cada entrevistado. Foram entrevistados 5 (cinco) agricultores, todos trabalhadores e residentes do assentamento Pastorinhas. O roteiro de entrevistas visa entender e esclarecer a perspectiva de cada agricultor a respeito

dos impactos do pós rompimento na sua atividade, também sua história de vida, bem como a chegada no assentamento e seu contexto familiar.

Análise dos resultados

As experiências e histórias relatadas apresentam um ponto comum, os agricultores antes da chegada no Pastorinhas eram meeiros de suas produções, ou seja, tudo o que era produzido por eles devia ser dividido com outra parte, o que gerava uma série de problemas de renda, pois apesar da experiência na produção e nas técnicas agrícolas, todos os entrevistados assumiram não ter conhecimentos que impulsionassem a comercialização dos seus produtos, além das mais tradicionais, como feiras e contrato com a prefeitura para o banco de alimentos dentre outros.

Eu trabalhava com meu pai, era o sustento da família. Naquela época a gente produzia galinha para dar ovo e alface. A terra era de outra pessoa então tudo o que era produzido por mim e por meu pai era dividido com o dono da terra, metade-metade. Fiquei nessa luta por uns 10-11 anos até começarem a lutas dos assentados para que a gente pudesse produzir e colher para o nosso sustento, tornar a terra produtiva e poder gerar uma renda melhor, sustentar a família (Entrevistado 1, 2021).

O entrevistado 1, participou de toda a construção do Pastorinhas até aqui, do período de “lona preta” até o reconhecimento pelo INCRA. Viu as transformações do lugar e enriqueceu seus conhecimentos teóricos de outras técnicas e conceitos agrícolas agregando a sua experiência prática. Também pode vislumbrar o amadurecimento do Pastorinhas frente as lutas e desafios que eram impostos aos assentados. Ademais viveu dias tensos e de muita preocupação com o rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão.

Primeiro houve um apagão. A notícia não demorou a chegar, a nossa primeira preocupação foi com os familiares e amigos que a gente sabia que estavam no caminho que a lama fez até o rio. As notícias foram chegando aos poucos, cada notícia que chegava era alguém que a gente conhecia, que tinha encontrado o corpo. A produção parou no dia seguinte, ninguém recebia nossos produtos (Entrevistado 1, 2021).

O Entrevistado 2 é uma figura importante no Pastorinhas, representando as famílias dos moradores nas reuniões de interesse de todos, e está sempre em busca de novas oportunidades de desenvolvimento para o Assentamento. Também focaliza questões éticas e sociais relacionadas aos assentamentos e à agricultura, bem como a aplicação de técnicas mais modernas para melhorar o desempenho e a adequação socioambiental da atividade agrícola do Pastorinhas.

Hoje nós desenvolvemos técnicas como as de agroflorestas, isso permite um melhor aproveitamento do plantio, daí podemos colher as hortaliças para gerar renda com mais rapidez e depois colhemos frutas e tubérculos que são sazonais. As vendas dos assentamento foram muito afetadas e estamos tentando reverter essa situação (Entrevistado 2, 2021).

Os entrevistados 3,4 e 5, diferente dos primeiros entrevistados, começaram trabalhar no campo quando tinham pouco mais de 18 anos de idade, onde participaram das primeiras práticas agrícolas também como meeiros de suas produções, na época era uma forma de sustento honesta e de fácil acesso, visto a pouca escolaridade, também participaram de um bom número de lutas e conquistas do Pastorinhas. São produtores principalmente de tubérculos e frutas, mas produzem também hortaliças. Para aproveitar melhor a dinâmica das produções, logística de colheita, e os nutrientes gerados na decomposição de cada “fim de produção” promovendo maior liquidez para a renda, todos utilizam metodologias como agroflorestas para impulsionar e agregar qualidade à produção.

Aqui no assentamento, apesar de cada um ter sua produção, é coletivo todo mundo se ajuda. Então tem vez que eu preciso de alguma coisa eu converso com o pessoal e eles conseguem me ajudar, a mesma coisa é se alguém pedir para mim. No começo não era assim, era cada um por si, mesmo. E agora graças a deus eu consigo me sustentar do que eu planto, apesar de que agora, não está tão bom como era (Entrevistado 5, 2021).

Também foi perguntado aos entrevistados sobre as mudanças percebidas no trabalho, como era antes de rompimento e como foi trabalhar visto os impactos do pós rompimento e como eles afetavam a produção de cada entrevistado. O trabalho não foi imediatamente afetado, a lama não atingiu o assentamento durante o rompimento, mas os compradores proibiram qualquer entrada de produtos provenientes de Brumadinho devido ao risco de contaminação. E isso impactou diretamente o trabalho dos agricultores no local, todas as mercadorias produzidas dentro do Pastorinhas foram bloqueadas pelos compradores, o que gerou uma série de perdas no que já havia sido produzido e no que estava pronto para colheita. Afetando a única forma de renda dos assentados, causando problemas financeiros nas famílias.

Mesmo depois da comprovação que o solo e a água não tinham sido contaminados, e teve a liberação do CEASA, os outros comerciantes de feiras e lojas ficaram preocupados de comprar daqui do Assentamento. Mesmo depois que saiu o estudo de contaminação. A imagem do Assentamento foi completamente afetada, e a Vale não moveu uma

palha para melhorar a imagem dos nossos produtos, inclusive demorou muito para sair estudo de qualidade da água (Entrevistado 2, 2021).

Todos os entrevistados alegaram ter problemas com as vendas de seus produtos, investimento perdido e problemas financeiros. Os pontos comerciais que não bloquearam os produtos do Assentamento foram os pontos destruídos pelo derramamento de rejeitos de lama, portanto, todos os pontos comerciais sofreram impacto. As vendas continuaram apenas para pequenos grupos de famílias consumidoras, mas que também tiveram um período de baixíssima demanda, devido a preocupação dos produtos estarem contaminados.

Segundo os entrevistados, deveria ter sido feito em caráter de urgência um estudo de qualidade da água e do solo, para que os pontos comerciais voltassem a aceitar os produtos. O estudo proposto pela empresa causadora da tragédia foi feito, sofrendo vários atrasos e não atendendo as expectativas quanto aos levantamentos realizados. Outros estudos com a mesma finalidade promovidos por Organizações não Governamentais e por estudantes e universidades para fins acadêmicos compreendem um número esperado de informações a respeito da qualidade do solo e da água que servem para produção.

Demorou muito para eles virem fazer os testes na água e na terra. E a gente já estava desesperado, porque assim que fosse testado, a gente ia voltar a vender para quem não estava comprando, ia passar a informação, porque a gente mesmo, já sabia que não estava contaminado, até porque que o que gente produz aqui é para o nosso consumo também, das nossas famílias. Mas também para a nossa segurança era importante saber se estava contaminado ou não, o quanto antes (Entrevistado 5, 2021).

Com relação aos impactos no trabalho, renda e produtividade os entrevistados esclarecem que foram gerados pela perda de demanda dos produtos. As restrições criadas pelos comerciantes a fim de proteger a saúde dos clientes, visto que a contaminação era possível, gerou uma série de problemas de renda, diminuindo a capacidade de reinvestimento para produção e o faturamento geral do Assentamento, dificultando tanto a produção quanto a sobrevivência dos residentes e trabalhadores locais.

Como ninguém queria comprar da gente, não tinha dinheiro para pagar as contas, não tinha como produzir mais, porque nós dependemos de vender para poder produzir mais, uma parte do dinheiro vai sempre para produção. A produção foi quase toda perdida, só deu para salvar o que ainda ia demorar para colher, as frutas, a mandioca que eu tinha acabado de plantar, mas mesmo assim sem saber como que ia ser as vendas no futuro, eu estava com medo (Entrevistado 3, 2021).

Para os entrevistados, a maior dificuldade agora, quanto a qualidade dos produtos, é recomençar com os pontos comerciais provando que a qualidade da produção não foi afetada e a contaminação não existe. O volume de vendas permanece no banco de alimentos da prefeitura de Betim, em alguns condomínios da região centro-sul de Belo Horizonte e para algumas residências, em sua maioria, na cidade de Belo Horizonte.

A melhor forma deles (As empresas) mostrarem que os produtos não estão contaminados e recuperarem a imagem do assentamento, que sempre teve uma imagem muito bom em relação a qualidade dos produtos, e eles comprarem de nós e alimentarem os funcionários deles. Ia gerar renda para o assentamento, melhorar a imagem dos produtos, imagem que eles destruíram, e alimentar os funcionários com produtos saudáveis e agroecológicos (Entrevistado 2, 2021).

Todos os entrevistados dependem 100% da produção agrícola para composição da renda familiar, que sofreu impacto direto pela diminuição do volume de vendas. Com relação as alternativas de fonte de renda, os entrevistados não conseguem vislumbrar outra forma de gerar renda para si e suas famílias, portanto, permanecem firmes na produção agrícola e na luta contra o tempo para conquistar novos acordos comerciais e viver novamente o que segundo eles, antes do rompimento, era um período que tanto a produção quanto os contratos de venda estavam indo muito bem.

A gente continua plantando, não tem outra alternativa. Dá para plantar outra coisa, produzir outras coisas, galinha, outro tipo de plantação, pedir ajuda de um de outro, mas eu, pelo menos, não tenho pra onde ir, não tem alternativa, a gente continua trabalhando na terra e esperando que as coisas melhorem (Entrevistado 5, 2021).

Para os entrevistados, o processo indenizatório é o mais confuso e ineficaz de todos os projetos propostos pela Vale. Entre os entrevistados, apenas o Entrevistado 1 recebeu compensação pelo impacto em sua produção. Os respondentes, incluindo o Entrevistado 1, afirmaram que não compreenderam a maioria dos processos de compensação. Para o produtor rural, as indenizações previstas exigem pré-requisitos documentais que comprovem que a produção rural gerava renda. Os entrevistados esclareceram que famílias com os mesmos documentos e morando no mesmo local não receberão indenização da mesma forma, algumas famílias recebem indenizações e outras não. Entre os entrevistados, 3 (três) pessoas, incluindo a liderança entrevistada, disseram que a assessoria de comunicação da Vale não lhes prestou um bom

atendimento e não puderam esclarecer todas as dúvidas sobre os documentos necessários e os motivos pelos quais certas famílias foram indenizadas e outras, com características iguais não foram.

A gente liga, eles respondem mal, não esclarecem as dúvidas. Daí pedimos para falar com o responsável por esclarecer a situação das indenizações, eles estão sempre ocupados, em reunião, eu fui atendido apenas uma vez e depois não fui mais, com tempo fui deixando pra lá, agora o “entrevistado 2” que conversa com eles, mas ainda estamos sem saber direito quem vai ser indenizado (Entrevistado 3, 2021).

Dos entrevistados, 4 (quatro) deles continuam a lutar por seus direitos, sem nenhuma previsão de quando receberão a indenização devida. A respeito das medidas de reparação, apenas o entrevistado 2 soube responder com clareza quais são as medidas indenizatórias e quais os projetos de reparação, propostos e em execução. Os demais entrevistados depositam confiança total no repasse das informações feito pelo entrevistado 2. Apesar disso, os entrevistados tem ciência dos processos em curso e uma visão superficial sobre as negociações.

Os esforços pela busca de direitos vai além do recebimento de indenizações, visto que os entrevistados não concordam com a maioria dos projetos lembrados por eles durante as entrevistas. Segundo os entrevistados existe uma discussão muito grande a respeito das medidas que estão sendo tomadas. A percepção deles é que a empresa causadora do crime quer que a atividade agrícola seja extinguida dos arredores das dependências da mineradora. Para eles, isto fará com que a empresa possa ampliar seu espaço, conseqüentemente seu lucro. Para confirmar essa teoria, alguns dos entrevistados lembraram que os projetos propostos em outras cidades, que também foram afetadas pelo rompimento, estão sendo executados com o prazo proposto, sem qualquer problema, e isto justificaria o porquê da Vale estar dando maior assistência as reparações propostas nas cidades mais distantes, que não interferem nos interesses geográficos da mineradora.

Tem projeto em Mario Campos que está pronto já, que não teve nenhum atraso. Construíram uma estufa enorme, linda. E aqui nada, eu queria entender o porquê, estamos mais perto, fomos atingidos diretamente e os projetos parecem que estão sendo mais fáceis fora daqui, justamente para que a gente saia, e eles possam aumentar o espaço deles, porque é isso que eles estão fazendo. Você pode andar pelos lugares próximos ao rompimento, você vai ver um monte de placas: “propriedade da Vale” (Entrevistado 4, 2021).

Sendo assim, quando perguntados sobre o que ficou pior em função dos processos reparatórios, os entrevistados citaram o trânsito caótico, que não comporta o número de veículos que atualmente tomam conta das ruas da cidade, a movimentação fora do comum que faz com que a demanda de produtos de uso comum aumente provocando aumento nos preços destes produtos e serviços como, bares e restaurantes, cabelereiros, eletricitas, pedreiros, floriculturas, dentre outros. Citaram também, a qualidade do ar, que para eles, devido ao aumento exagerado do número de veículos na cidade, piorou muito. O tempo de trânsito para realização de tarefas simples como compras no mercado. Todos os entrevistados disseram que a cidade está muito feia, o que não era a realidade da cidade de Brumadinho, sendo uma cidade turística e com belíssimas paisagens naturais.

Para você ir até o supermercado demora quase 1 (uma) hora, o que antes era 10 (dez) minutos para estar no centro, levar as crianças na escola. Estamos a 5-6 (cinco ou seis) quilômetros do centro, isso é um absurdo, o trânsito de Brumadinho está caótico! Para as crianças irem para escola demora 1 (uma) hora. A escola fica a 6 (seis) quilômetros daqui, mais ou menos 6 (seis). Entende? E para Vale está ótimo, porque tem mão de obra vindo para cidade, não sei quantos ônibus entrando e saindo quando eu estou indo no centro. Para a Vale está ótimo, melhoraram a entrada, a estrada da entrada, para receber os caminhões, né?! Então assim, piora para a gente e melhora para eles (Entrevistado 1, 2021).

Sobre o que esperam do futuro, os entrevistados também responderam de forma parecida, com poucas esperanças, esperam apenas que seu trabalho volte a se desenvolver como estava antes do rompimento, que a empresa causadora do crime cumpra com as medidas de reparação propostas e que seus impactos sejam minimizados o quanto for possível.

Considerações finais

A pesquisa faz-se relevante para identificar mais alguns problemas relacionados a construção de uma prática e narrativa de desenvolvimento que ignora a maioria dos aspectos socioeconômicos e demonstra, mais uma vez, práticas de algumas empresas que têm por objetivo os ganhos e a expansão de suas atividades. No caso em questão, o contexto é atenuado por meio de crimes socio-ambientais que continuam a perpetuar entre os afetados por longo prazo e que tem seus efeitos sentidos em toda a sociedade.

Um fator intensificador de todos efeitos colaterais é que os atingidos não enxergam nas ações dos responsáveis pelas tragédias, ações eficazes para reparar os danos de forma diretamente proporcional. Entender os conflitos

gerados sob a perspectiva dos afetados de forma direta e indireta como estes conflitos evoluem e quais as expectativas dos afetados frente as mudanças que continuam a desafiar sua subsistência.

O discurso de Desenvolvimento Sustentável parece não alcançar instituições públicas e as políticas que as sustentam. É, de acordo com a pesquisa, coerente identificar as articulações que compreendem os interesses da Vale junto as políticas públicas que continuam a desfavorecer as partes mais vulneráveis da sociedade. As relações sociais e culturais influenciadas pela desigualdade, além da fraca supervisão das ações das empresas de mineração dificultaram a punição dos responsáveis e permitem que outras tragédias semelhantes ocorram. Os mais afetados por tais incidentes são aqueles em situação de maior vulnerabilidade, que não conseguem obter recursos econômicos ou políticas públicas, sociais e culturais que levem à melhoria da qualidade de vida. Essa desigualdade tem exacerbado a distribuição desigual das diferenças sociais e riscos ambientais, resultando em injustiças ambientais.

O Assentamento Pastorinhas, como descrito neste estudo, foi afetado de várias formas pelos impactos do rompimento da barragem, tendo sido alguns percebidos e caracterizados anteriormente às análises presentes nesta pesquisa. Percebeu-se que analisando os dados e informações obtidos pelas ferramentas de pesquisa deste estudo (entrevistas e revisões bibliográficas) o projeto Assentamento Pastorinhas se compromete com o desenvolvimento sustentável, realiza práticas ecológicas e se preocupa com os meios produção saudáveis, em virtude ao respeito com os consumidores dos produtos provenientes do Assentamento e com o meio ambiente que compõe o espaço produtivo e não produtivo do Assentamento, ajudando também, na preservação das sua áreas. Sendo assim, os impactos, além dos agravantes descritos neste estudo, também prejudicam práticas de interesse social, interfere no desenvolvimento metodológico e conceitual do Assentamento e desassocia práticas de desenvolvimento social frente aos conceitos pouco maduros dos interesses econômicos de curto prazo, problematizando hábitos que aperfeiçoam técnicas de desenvolvimento agro-sustentável.

Demonstrou-se as características dos conceitos e metodologias da agricultura do Pastorinhas, verificando as práticas e concepções dos assentados, frente a importância social dos conceitos que fundamentam as operações da produção no Assentamento e demonstrando como estas práticas têm afetado positivamente os clientes e o meio ambiente. As agroflorestas e a sustentabilidade promovida por práticas de bem-estar ambiental promovem ganhos a longo prazo e valoriza ações que se atenta com o futuro do ecossistema que hoje os assentados do Pastorinhas podem chamar de lar.

Logo após o rompimento, com os efeitos negativos que afetaram a credibilidade dos produtos, por existir a premissa de que a água e o solo estavam contaminados com os rejeitos despejados, o faturamento do Pastorinhas caiu, o que afetou toda a produtividade do assentamento, ganhos recentes e futuros foram perdidos, portanto, a capacidade de produzir. Para perpetuarem com os conceitos e metodologias descritos anteriormente os assentados tem custos mais altos a curto prazo, visto que as técnicas de plantio saudável tem seus intempéries ambientais, o que dificulta o cálculo das demandas produtivas. Após o rompimento existe uma grande dificuldade em conseguir receita como era anteriormente, entretanto, as práticas sustentáveis continuam a favorecer os assentados, permitindo maior controle de sazonalidade, pela metodologia de agroflorestas.

A tragédia criminosa põe em discussão questões de Responsabilidade Social e de negligência por parte da Vale no conhecimento dos danos que poderiam ser causados. Portanto, a responsabilidade das mineradoras com a comunidade, principalmente o uso da água, não deve apenas solucionar os problemas ambientais, mas também contemplar todos os aspectos da vida que possam ser prejudicados, a econômica, o meio ambiente, a cultural e os aspectos sociais. O impacto de uma tragédia tão séria deve ser avaliado antes que a mina seja instalada, e o país precisa promulgar leis fortes em seu sistema legal que possam regular as atividades de mineração, e possa identificar, monitorar e punir efetivamente as violações que causaram o rompimento da barragem e seus responsáveis.

Foram analisadas as experiências, percepções e as formas de enfrentamento dos agricultores do assentamento Pastorinhas, frente as drásticas mudanças causadas pelo rompimento, medidas públicas e projetos propostos pela Vale. A busca pelos direitos vai além dos impactos imediatos causados pelo derramamento de lama de rejeitos, mas pelas medidas de recuperação que continuam a infringir os direitos humanos dos agricultores. Não existe para eles outra alternativa de subsistência. Toda a composição da renda familiar é por meio da agricultura. Todos foram afetados desde as perdas materiais, humanas (conhecidos, amigos e familiares) até os impactos na produção e na venda dos produtos do Pastorinhas que continuam perpetuando. Todos os entrevistados declaram sua insatisfação com os programas de comunicação e assessoria da empresa causadora da tragédia e não concordam com a maioria dos casos de indenização proposta. Nota-se, portanto, a falta de técnica de cunho social para com tratativas desta natureza. Não existe a participação devida aos interesses dos assentados e não há a explicação apropriada a respeito das medidas que estão sendo postas em prática.

Espera-se que esta pesquisa contribua para as novas análises socioambientais e de direitos humanos frente as tragédias causadas por grandes corporações. Crimes que são esquecidos com o passar dos anos e que os danos,

maquiados, vão além dos que podem ser percebidos de uma análise superficial do acontecimento. Espera-se que os elementos teóricos e os dados obtidos na investigação de campo possam fornecer esclarecimentos para futuras pesquisas e contribuir para conquista dos direitos dos afetados. Para o campo da administração, é importante que novos estudos sejam desenvolvidos no âmbito das organizações avaliando suas políticas e suas práticas no sentido de buscar a compreensão dos danos causados a sociedade sob a ótica dos afetados.

Agradecimentos

Os autores agradecem o apoio da FAPEMIG, CAPES, CNPq e da PUC Minas.

Referências

ACSELRAD, H. **Justiça ambiental e construção social do risco**. Desenvolvimento e Meio ambiente, v. 5, 2002.

COELHO, T. P. **Minério-dependência em Brumadinho e Mariana**. Lutas Sociais, v. 22, n. 41, p. 252-267, 2018.

COELHO, T. MILANEZ, B. GIFFONI, R. A Empresa, o Estado e as Comunidades. In: ZONTA, M. e TROCATE, C. (Ed.). **Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton**. Marabá: Editorial iGuana, 2016.

COSTA, M. A. B.; ALMEIDA, L. F. G.; GUERRA, M. F. L.; GARCIA, J. P. G.; SANTOS, R. M.. **Uma investigação sobre a minero-dependência em Brumadinho-MG: As metáforas do processo de formação e da dinâmica econômica local**. Texto para Discussão, 2020.

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. **A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a Reforma Agrária conservadora**. Agrária (São Paulo. Online), n. 8, p. 73-98, 2008.

HERCULANO, S.; PACHECO, T. (Org.) **Racismo Ambiental – I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental**. Rio de Janeiro: Fase, 2006. 331p.

QUINTÃO, F.D.M.; TEODÓSIO, A. S. S.; DIAS, A. L. F. Brumadinho são muitas: existências e re- sistências em um contexto marcado pela minero-dependência. **Anais...** Congresso brasileiro de estudos organizacionais, 7.. Porto Alegre(RS) UFRGS, 2021. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/viicbeo2020/386875-brumadinho-sao-muitas---existencias-e-resistencias-em-um-contexto-marcado-pela-minero-dependencia>. Acesso em: 20 fev. 2024.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. **Conflitos ambientais**. Publicação do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais–GESTA/UFMG, 2010.